EDITORIAL

Parece que foi ontem que nos reunimos após uma reunião do corpo docente e decidimos criar uma publicação científica da Faculdade Santa Lúcia. Estávamos cheios de sonhos e energia naquele momento, e assim temos permanecido durante esses vinte anos de trabalho em conjunto que, além de fortalecer nossos vínculos institucionais, nos permitiram consolidar um periódico científico com qualidade técnica elevada dentro do meio acadêmico.

Renovo nossos agradecimentos à nossa mantenedora, Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia, que manteve seu propósito de estimular a produção e troca de conhecimento científico no âmbito de suas atribuições.

Agradecemos ao nosso Conselho Editorial e de Consultores, pelo sempre atencioso apoio nas demandas que lhes têm sido apresentadas.

Agradecimentos especiais aos autores, pela confiança em nosso trabalho e por escolherem nossa revista para divulgarem suas pesquisas; ao nosso time de pareceristas de primeira grandeza, que tem tido participação decisiva no aprimoramento do material publicado; aos professores de português, pela importante tarefa de realizar a revisão ortogramatical dos artigos durante todos esses anos (Professor Mestre José Luiz Pereira, Professora Mestra Carol Madruga e Professor Doutor Fabiano Correa da Silva); à nossa bibliotecária Beatriz de Fátima Barbosa, pela dedicação e competência na confecção das fichas catalográficas de todas as edições de nossa revista; à Carlos Alberto Manara, grande parceiro de nosso trabalho, pela arte e diagramação de nosso acervo. A participação de cada um de vocês tem

sustentado este sonho. Espero que possamos continuar contribuindo com o universo acadêmico com a mesma energia e profissionalismo nos anos vindouros.

Iniciamos a 40ª edição da Revista UNIVERSITAS com o artigo *Direitos culturais, trabalho digno e desenvolvimento: o papel estruturante das políticas de fomento no Brasil pós-1988,* que analisa a inter-relação entre os direitos culturais e o direito ao trabalho no Brasil, a partir do marco constitucional de 1988. Possui foco no papel das políticas públicas de fomento, em especial a Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo, a Política Nacional Aldir Blanc e o novo Marco Regulatório do Fomento à Cultura (Lei nº 14.903/2024). O estudo procura demonstrar que a cultura, para além de sua dimensão simbólica, consolida-se como vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social, gerando emprego e renda na economia criativa.

Eficácia da gestão no orçamento público analisa a gestão pública no orçamento público, com foco na eficácia da aplicação dos recursos. A pesquisa utiliza revisão bibliográfica e estudo de casos para identificar práticas que promovem maior eficiência na alocação orçamentária. Os resultados destacam a importância do planejamento estratégico, da transparência e da participação cidadã como pilares de gestão eficaz.

A execução antecipada da pena no tribunal do júri: uma análise da tensão entre a soberania dos veredictos e a presunção de inocência à luz do Supremo Tribunal Federal analisa a controvérsia jurídica em torno da execução antecipada da pena no procedimento do Tribunal do Júri, instituída pela Lei nº 13.964/2019 (Brasil, 2019). O estudo investiga o aparente conflito entre o princípio da soberania dos veredictos, que fundamenta a imediata execução da pena, e o princípio da presunção de inocência, garantia constitucional

do acusado. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial, busca-se demonstrar que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.235.340, oriundo de Santa Catarina, pacificou o tema ao privilegiar a soberania do júri, permitindo a execução provisória independentemente do quantum da pena.

Contribuições da psicanálise no diagnóstico do transtorno do espectro autista apresenta a história do autismo e as contribuições da psicanálise para sua compreensão. A psicanálise oferece reflexões relevantes sobre a experiência subjetiva de sujeitos autistas e suas relações interpessoais, proporcionando uma perspectiva mais humanizada. Nesse contexto, os psicanalistas desenvolveram instrumentos como o Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) e Acompanhamento Psicanalítico de Crianças em Escolas, Grupos e Instituições (APEGI), que possibilitam uma leitura do sujeito a partir do desenvolvimento da criança na sua relação com o/Outro. Neste sentido, foram abordadas as contribuições da psicanálise para o entendimento e avanços no campo, desde sua compreensão teórica às formas de intervenção possíveis.

Tramas da inclusão: os desafios enfrentados na parceria entre escolas e pais de crianças autistas analisa as tramas discursivas que configuram a relação entre famílias e escolas na inclusão de crianças autistas, a partir de entrevistas qualitativas com mães e gestoras escolares. Fundamentado na psicanálise e nos conceitos de transferência, luto, borda autística e lógica do não-todo, o trabalho problematiza a inclusão como prática tensionada pela incompletude de pessoas autistas e instituições. As narrativas revelam que o autismo desestabiliza posições simbólicas e convoca rearranjos nos modos de laço, expondo o desencontro entre ideais normativos escolares e

as singularidades da pessoa autista.

Análise versus avaliação de políticas e projetos sociais: distinções conceituais e implicações metodológicas na literatura examina as fronteiras conceituais entre análise e avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais, com ênfase nas implicações metodológicas produzidas por esta distinção. Parte-se do problema de que os dois termos (análise e avaliação) são frequentemente empregados como sinônimos, embora correspondam a operações intelectuais parcialmente distintas. A análise procura reconstruir e explicar a configuração da intervenção, seus fundamentos, desenho institucional, atores, recursos, processos e relações de poder. A avaliação, embora também dependa dessas operações descritivas e explicativas, acrescenta a formulação explícita de critérios e o julgamento do mérito, da relevância ou do valor da intervenção.

Execução de sentenças e autocustódia: obstáculos jurídicos na penhora de criptoativos estudo analisa os principais obstáculos jurídicos relacionados à penhora de criptoativos no âmbito da execução civil, tema que vem ganhando relevância diante da crescente digitalização das finanças e da popularização de moedas digitais, como *Bitcoin* e *Ethereum*. A natureza descentralizada desses ativos, somada à possibilidade de autocustódia pelo próprio devedor, impõe desafios inéditos ao sistema jurídico, uma vez que inviabiliza, em grande medida, a aplicação das técnicas tradicionais de constrição patrimonial, como a penhora de contas bancárias ou de bens móveis e imóveis. Diante desse cenário, o estudo busca investigar a eficácia das medidas coercitivas atualmente previstas no ordenamento jurídico, bem como refletir sobre possíveis sanções alternativas e soluções inovadoras capazes de assegurar o cumprimento forçado das obrigações.